

PROCESSO TCE Nº: 123.582
ENTIDADE: Câmara Municipal de Acrelândia
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Nericil Rodrigues de Souza
CONTADOR: Claudio Roberto Pinheiro Araújo (CRC: AC-000905/O)
RELATOR: Ronald Polanco Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 11.511/2019

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2016. Câmara Municipal de Acrelândia. Regular com Ressalvas. Recomendações. Arquivamento dos autos.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1)** com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, considerar **REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do ex-presidente o senhor Nericil Rodrigues de Souza, **valendo como ressalvas:** **a)** Ausência das informações em tempo real, bem como da ausência de informações de procedimentos licitatórios no Portal da Transparência do Ente; **b)** Divergência apresentada no Balanço Financeiro referente ao saldo financeiro do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte; **c)** Divergência no confronto do montante da atualização do inventário analítico dos bens móveis com as incorporações desses bens apresentado no Balanço Patrimonial; **d)** Divergência entre o resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial e o superávit apresentado na DVP e **f)** Não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício. **2)** Notificar o atual Gestor para corrigir as falhas catalogadas. **3)** Dar conhecimento aos responsáveis desta decisão. **Vencido** o Conselheiro Antônio Jorge Malheiro, seguido pela Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, que votaram pela: 1) irregularidade das contas, em razão dos restos a pagar sem cobertura financeira; 2) encaminhamento ao Ministério Público e, 3) aplicação de multa de R\$ 7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais). Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 31 de outubro de 2019.

Cons. Valmir Gomes Ribeiro
Presidente do TCE/AC

Cons. Ronald Polanco Ribeiro
Relator

Cons. José Augusto Araújo de Faria

Cons. Antônio Jorge Malheiro

Cons^a. Dulcinéa Benício de Araújo

Cons^a. Naluh Maria Lima Gouveia

Cons^a. Subst. Maria de Jesus Carvalho de Souza

Fui presente:

Sérgio Cunha Mendonça
Procurador Chefe do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE N°: 123.582
ENTIDADE: Câmara Municipal de Acrelândia
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Nericil Rodrigues de Souza
CONTADOR: Claudio Roberto Pinheiro Araújo (CRC: AC-000905/O)
RELATOR: Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do senhor **Nericil Rodrigues de Souza** presidente da Câmara Municipal à época dos fatos.

2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatório técnico preliminar às fls. 41 a 55 e relatório conclusivo de análise técnica de fls. 83 a 86. Na ocasião foram verificadas as seguintes inconsistências:

2.1. Nericil Rodrigues de Souza:

2.1.1. Realização de despesas sem prévia licitação (cujos valores globais de R\$ 14.758,14 excederam o limite previsto para dispensa de licitação).

2.1.2. Ausência das informações em tempo real, bem como da ausência de informações de procedimentos licitatórios no Portal da Transparência do Ente.

2.2. Marciano Bezerra da Silva:

2.2.1. Ausência de parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo Controle Interno.

2.3. Claudio Roberto Pinheiro Araújo:

2.3.1. Divergência apresentada no Balanço Financeiro referente ao saldo financeiro do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte

2.3.2. Divergência no confronto do montante da atualização do inventário analítico dos bens móveis com as incorporações desses bens apresentado no Balanço Patrimonial

2.3.3. Divergência entre o resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial e o superávit apresentado na DVP.

2.3.4. Não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício.

3. Os responsáveis não apresentaram defesas conforme certidões de fls. 64 (Nericil Rodrigues de Souza) e 77 (Claudio Roberto Pinheiro Araújo e Marciano Bezerra da Silva); em que pese as citações ocorridas às fls. 60 a 62 (Nericil Rodrigues

de Souza); 72 e 74 (Claudio Roberto Pinheiro Araújo) e 73 e 75 (Marciano Bezerra da Silva).

4. Pronunciamento ministerial às fls. 70, 80 e 93 a 94.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 31 de outubro de 2019.

Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro
Relator

PROCESSO TCE Nº: 123.582
ENTIDADE: Câmara Municipal de Acrelândia
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Nericil Rodrigues de Souza
CONTADOR: Claudio Roberto Pinheiro Araújo (CRC: AC-000905/O)
RELATOR: Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO

(Relator):

1. Da análise dos autos constata-se em suma que a área técnica e o Ministério Público Especial apontaram sete pontos que os levaram a opinarem pela irregularidade das contas:

1.1. Realização de despesas sem prévia licitação (cujos valores globais de R\$ 14.758,14 excederam o limite previsto para dispensa de licitação).

1.2. Ausência das informações em tempo real, bem como da ausência de informações de procedimentos licitatórios no Portal da Transparência do Ente.

1.3. Ausência de parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo Controle Interno.

1.4. Divergência apresentada no Balanço Financeiro referente ao saldo financeiro do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte

1.5. Divergência no confronto do montante da atualização do inventário analítico dos bens móveis com as incorporações desses bens apresentado no Balanço Patrimonial

1.6. Divergência entre o resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial e o superávit apresentado na DVP.

1.7. Não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício.

2. Quanto a **primeira impropriedade** relativa à realização de despesa cujos valores globais de R\$ 14.758,14 teriam excedido o limite previsto para dispensa de licitação, a mesma não procede, pois, conforme quadro abaixo¹, verifica-se que foi contratada uma **empresa de engenharia**, assim, presume-se que a mesma tenha **prestado um serviço de engenharia**:

Quadro 13 – Pessoa Jurídica S/ Comprovação de procedimento Licitatório.

CREDOR	NOME DO CREDOR	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
22508221000108	J BANDEIRA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - ME	14.758,14	14.758,14	14.758,14
Total Geral		14.758,14	14.758,14	14.758,14

2.1. Sendo que a época, os valores limites para a contratação direta de obras e serviços de engenharia eram de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) do valor consignado para a modalidade Convite. Em síntese, os valores a época para dispensam licitação para obras e serviços de engenharia, conforme a Lei Geral de Licitações são os seguintes era de até R\$ 15.000,00.

3. Quanto a **segunda, quarta, quinta, sexta e sétima, impropriedades**, descritas nos subitens 1.2, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7, deste Voto, tratam-se de erro procedimental de cunho administrativo e contábil do qual não resultou danos ao erário apresentando-se, portanto, como passíveis de correção nas próximas edições da matéria, porque sanáveis, conforme precedentes deste TCE/AC.

4. Quanto a **terceira impropriedade**, descrita no subitem 1.3, deste Voto, relativa à **ausência parecer emitido pelo “Sistema de Controle Interno” sobre as contas do exercício de 2016**, mantenho o mesmo entendimento já esposado em votos anteriores. A Câmara Municipal do município de Acrelândia é tão pequena que manter uma estrutura de controle interno seria muito dispendioso proporcionalmente ao próprio orçamento da Câmara Municipal implicando um ônus desnecessário. Portanto, excepcionalmente, para o caso concreto, deixo de considerar como irregular a ausência deste item no presente caso concreto.

5. Neste sentido, são insubsistentes as irregularidades apontadas pela área técnica e o Ministério Público Especial.

6. Assim, tendo em vista que a instrução não demonstrou prejuízos ao erário em face dos atos formais citados, adoto, entendimento pela Regularidade com Ressalvas das Contas.

7. **Ante o exposto**, com base nos argumentos lançados, **VOTO**:

7.1. Nos termos do inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **REGULAR COM**

¹ Fls. 52.

RESSALVAS a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do ex-presidente o senhor Nericil Rodrigues de Souza, **valendo como ressalvas:** **a)** Ausência das informações em tempo real, bem como da ausência de informações de procedimentos licitatórios no Portal da Transparência do Ente; **b)** Divergência apresentada no Balanço Financeiro referente ao saldo financeiro do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte; **c)** Divergência no confronto do montante da atualização do inventário analítico dos bens móveis com as incorporações desses bens apresentado no Balanço Patrimonial; **d)** Divergência entre o resultado do exercício apresentado no Balanço Patrimonial e o superávit apresentado na DVP e **f)** Não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício.

7.2. Notificar o atual Gestor para corrigir as falhas catalogadas.

7.3. Dar conhecimento aos responsáveis desta decisão.

7.4. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco – Acre, 31 de outubro de 2019.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator